

ATA N.º 24/2017

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VINTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DESASSETE. -----

-----Aos vinte dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se em reunião ordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Maria de Lurdes Santos Ganicho, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, Carlos Nuno Lacerda Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva e Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo. -----

-----**Deliberação N.º 231/2017: Aprovação da ata n.º 23/2017 de 6 de novembro:** Em virtude da ata n.º 23/2017 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 6 de novembro ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado deliberado a sua aprovação, por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação, não tendo votado, por esse motivo, o Vereador Adelino Miguel Lino Moreira Reis. -----

-----**Deliberação N.º 232/2017: Subsídio a atribuir a Entidades com Relevância Social no Município de Espinho relativo a 2017:** Presente a informação n.º 3418/2017 da Divisão de Apoio às Coletividades e Eventos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição dos subsídios mencionados na informação acima referida às entidades de relevância social do Município constantes da lista apresentada. -----

-----**Deliberação N.º 233/2017: Atribuição de subsídio às Festas em Honra de S. Martinho 2017:** Presente a informação n.º 3417/2017 da Divisão de Apoio às Coletividades e Eventos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em

arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de 3.000€ (três mil euros) à Comissão de Festas em Honra de S. Martinho 2017, como entidade responsável pela organização das festas em honra da mesma, assumindo o pagamento do consumo da eletricidade nas ornamentações da festividade. -----

-----**Deliberação Nº 234/2017: Comissão de Festas de S. Martinho de Anta – ocupação da via pública/corte e condicionamento de trânsito – ratificação de despacho**: Presente a informação n.º 3416/2017 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara que autorizou o pedido da Comissão de Festas de S. Martinho de Anta, representada por Belmiro Pereira, para ocupação da via pública bem como o corte e condicionamento ao trânsito em algumas ruas da Freguesia de Anta, para realização da Festa em honra de S. Martinho de Anta, de acordo com o percurso indicado na carta da Comissão, nos dias 9 a 13 de novembro de 2017. -----

-----**Deliberação Nº 235/2017: Aprovação das “Normas da Política e Incorporação do Museu Municipal de Espinho”**: Presente a informação n.º 3433/2017 da Divisão de Cultura e Museologia, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima mencionada e a proposta de projeto de normas internas em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, no âmbito da competência prevista no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (Lei Quadro dos Museus Portugueses) – devidamente conjugada com o fixado na parte final da alínea k) do n.º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro) -, aprovar as “Normas da Política de Incorporação do Museu Municipal de Espinho”, em conformidade com o “Regulamento do Museu Municipal de Espinho” (Regulamento n.º 484/2014, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro de 2014) e com a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. -----

-----**Deliberação Nº 236/2017: Aprovação das "Normas Internas de Organização e Funcionamento do Fundo de Emergência Social Municipal para 2017"**: Presente a informação n.º 3434/2017 da Divisão de Ação Social, Intergeracional e Saúde, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de projeto de Normas Internas em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, no âmbito das atribuições genéricas dos municípios em matéria de ação social e saúde previstas respetivamente nas alínea h) e g) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), e ao abrigo da competência regulamentar das câmaras municipais prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e na parte final da alínea k) do n.º do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua redação em vigor), aprovar as "Normas Internas de Organização e Funcionamento do Fundo de Emergência Social Municipal para 2017", que estabelecem as regras que norteiam a sua atribuição e a execução deste programa municipal no corrente ano civil. -----

-----**Resumo diário da tesouraria**: Presente o resumo diário da tesouraria do dia 13 novembro de 2017 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2016 no valor de quatrocentos e vinte e seis euros e oitenta e oito cêntimos): dois milhões quatrocentos e dez mil oitocentos e setenta e oito euros e trinta e quatro cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão quatrocentos e trinta e quatro mil trezentos e dezassete euros e oitenta e dois cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 13 novembro do corrente ano, foram cabimentadas despesas no valor de trinta milhões duzentos e vinte e oito mil oitocentos e vinte e um euros e sessenta e oito cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos, até ao mesmo dia, no valor de vinte milhões trezentos e doze mil trezentos e dezasseis euros e sessenta e um cêntimos. -----

-----**Listagem de aquisição de serviços para cumprimento do n.º4 do art.º 49.º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro que aprova o OE 2017**: A Câmara tomou conhecimento de todos os contratos de aquisição de serviços de 2 a 14 de novembro de 2017, nos termos dos nºs 4 e 12 do artigo 49º, da Lei 42/2016 de 28 de Dezembro. -----

-----**Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu.

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Coordenadora Técnica, _____